em pauta

Previdência Social e a luta por direitos: um século de história para contar

Social Security and the fight for rights: a century of history to tell

Monica de Jesus Cesar*

RESENHA
https:/doi.org/10.12957/rep.2025.91804

Resenha do documentário *Previdência Social: 100 anos de lutas*, realizado pelo Curso de Graduação e pelo Programa de pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Pauto (PUC-SP).

O documentário *Previdência Social: 100 anos de lutas* foi organizado, em 2023, pelo Curso de Graduação e pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP com recursos da Capes/Proex e patrocínio do Sindsprev-RS e Sinsprev-SP. Produzido pela Rico Filmes, com direção de Bruno Rico. A obra teve como produtora executiva a assistente social e professora da PUC-SP, Maria do Socorro Reis Cabral.

Com base em uma pesquisa histórica e de imagens primorosa, o documentário evidencia as conquistas e os desafios enfrentados para a consolidação dos direitos previdenciários ao longo dos últimos 100 anos no país, com o objetivo de informar e divulgar a história das lutas em torno da Previdência Social brasileira e fomentar o debate sobre essa política pública.

O documentário tem o mérito de abordar a Previdência Social com uma linguagem clara e direta, expondo algumas de suas determinações históricas, sociais e políticas e destacando sua importância na constituição dos direitos sociais no Brasil, através da luta de classes inerente às relações sociais capitalistas. O documentário analisa criticamente a trajetória da política previdenciária, em uma perspectiva de totalidade, considerando o movimento histórico e suas contradições e pontuando as conjunturas econômico-políticas que atravessaram a realidade brasileira e suas repercussões na previdência.

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: mojcesar@gmail.com.

Como citar: CESAR, M. J. Previdência Social e a luta por direitos: um século de história para contar. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 230-235, maio/ago., 2025. Disponível em: https:/doi.org/10.12957/rep.2025.91804.

Recebido em 20 de março de 2025.

Aprovado para publicação em 28 de março de 2025.

© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A Previdência Social – uma das primeiras áreas de atuação do Serviço Social no Brasil – é apresentada com esmero em três curtos episódios, que abordam as mobilizações de trabalhadores e trabalhadoras em busca de seus direitos no Brasil no decurso de um século. Reunindo depoimentos de figuras expoentes na política, pesquisadores e estudiosos, o documentário explora as transformações históricas da Previdência Social, seus progressos e retrocessos, mediante às lutas da classe trabalhadora pela conquista de direitos e à sua resistência aos processos contrarreformistas que vêm assolando essa política.

O primeiro episódio, intitulado *A conquista dos primeiros direitos*, coloca inicialmente a seguinte questão: – Você sabe o que é a Previdência Social no Brasil? A resposta é a de que essa política representa o conjunto de regras constitucionais e legais que criam um sistema protetivo para atender às necessidades sociais. O documentário enfatiza que, em 100 anos, a política previdenciária brasileira se desenvolveu tendo como marca uma concepção de política de proteção social ao trabalho, porém, com avanços e recuos, forjados na luta de classes.

Ao expor o surgimento dessa política no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a narrativa coloca a Previdência Social como resultado de um intenso processo de lutas da classe trabalhadora, que configurou a chamada questão social. A questão social, como uma esfera passível de intervenção, emerge com o desenvolvimento industrial e a expansão urbana no Brasil, concomitante à constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial. Está relacionada, deste modo, "ao processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado" (Iamamoto; Carvalho, 1998, p. 77).

Cabe salientar aqui que o desenvolvimento da questão social apresenta duas dimensões interligadas: uma delas está relacionada à condição objetiva da classe trabalhadora frente às modificações no modo capitalista de produzir e de se apropriar do trabalho excedente, bem como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na busca de satisfação de suas necessidades de sobrevivência. A outra se refere às "diferentes maneiras de interpretá-la e intervir sobre ela, propostas pelas classes dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado" (Iamamoto; Carvalho, 1998, p. 79). Nessa dinâmica contraditória, a Previdência Social tem importância tanto para as demandas da acumulação capitalista quanto para as demandas postas pelas lutas da classe trabalhadora.

A partir dessas premissas, a narrativa aborda o surgimento e desenvolvimento da política previdenciária brasileira e demarca que, desde a organização e luta dos trabalhadores têxteis e ferroviários no início do século XX, a classe trabalhadora assumiu seu protagonismo político na sociedade brasileira. O documentário sublinha a criação da legislação

previdenciária com a Lei Eloy Chaves, em 1923, numa conjuntura de acirramento dos conflitos entre as classes, em que o Estado combina a repressão ao movimento operário com concessões legais. Principalmente a partir de 1930, o Estado buscou exercer o controle sobre o movimento sindical, estendendo a cobertura previdenciária para trabalhadores de modo seletivo, para estabelecer o suposto "colaboracionismo" entre as classes em prol do desenvolvimento do país.

Essa combinação de repressão e assistência também ocorreu no regime ditatorial instaurado com o Golpe civil-militar de 1964. Nesse contexto, a ampliação da cobertura previdenciária para algumas categorias de trabalhadores foi utilizada como um meio de amortecer a supressão dos direitos civis e políticos e a intensificação da exploração da força de trabalho. A narrativa destaca o período entre 1964 e 1984 como de retrocesso nos direitos sociais, embora os trabalhadores, ainda que violentamente reprimidos pelas prisões, torturas e mortes, tenham desencadeado diversos movimentos de resistência e lutas, com o soerguimento do movimento popular e sindical.

No segundo episódio intitulado *Avanços e retrocessos*, o documentário aponta uma inflexão na proteção social, a partir do processo de redemocratização da sociedade brasileira, que desembocou na consolidação de um conjunto de direitos na Constituição Federal de 1988, inaugurando o conceito de seguridade social, composto pelas políticas de Saúde, Assistência e Previdência Social. A narrativa realça que, no Brasil, o processo de redemocratização foi deslanchado pela organização, luta e fortalecimento dos sindicatos, com o surgimento do "novo sindicalismo", bem como dos movimentos populares que se articularam em favor da chamada "abertura política". Houve inúmeras mobilizações, sendo as mais representativas, as greves do ABC paulista, que cravaram um importante marco na história do movimento operário no país.

A "Constituição Cidadã" refletiu a disputa de projetos societários e instituiu avanços no campo dos direitos sociais, civis e políticos. No entanto, antes de ser plenamente implementada, ela se tornou alvo de violentos ataques das forças conservadoras e neoliberais que, por meio de mecanismos de revisão constitucional pautados na década de 1990, buscaram reverter os avanços sociais alcançados. Assim, a Constituição de 1988 foi duramente atacada pelas forças sociais alinhadas com as diretrizes das agências multilaterais encarregadas das decisões estratégicas do capital internacional. Nesse contexto, foram implementadas as contrarreformas no Brasil condizentes com as estratégias de restauração do capital e redimensionamento do Estado na direção da privatização, mercantilização e financeirização das políticas sociais.

As contrarreformas da previdência – desencadeadas pelo governo Collor de Melo e intensificadas a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso – são exemplos do retrocesso dos direitos, com o corte e a diminuição de benefícios e a elevação dos critérios de elegibilidade para a sua concessão, forçando parte dos trabalhadores a buscarem fundos

de pensão ou planos de previdência complementar no mercado financeiro. Diminuir e/ou dificultar o acesso de trabalhadores à cobertura previdenciária tem como pano de fundo a contenção do gasto público para fazer valer o ajuste fiscal no país e minar a Previdência Social pública.

O terceiro e último episódio, intitulado *Jogando na defesa*, trata dos governos de centro-esquerda e de ultradireita no Brasil que deram prosseguimento às contrarreformas na Previdência Social. Num contexto de acirramento da crise estrutural do capitalismo mundial, a ascensão do Partido do Trabalhadores (PT) ao poder, através dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff também acentuou as tendências regressivas na política previdenciária. A continuidade da orientação neoliberal e do ajuste fiscal limitou o crescimento da economia, comprimiu o mercado de trabalho, desvinculou os recursos do orçamento da seguridade social, eliminou direitos e restringiu os investimentos públicos nas políticas sociais, a despeito da expansão da assistência social com os programas de transferência de renda focalizados no combate à pobreza. A narrativa indica ainda que, no contexto político-institucional em que as forças progressistas se moviam por coalizões, os movimentos sociais passaram a adotar estratégias defensivas, esvanecendo a sua combatividade.

O governo Dilma Rousseff enfrentou uma grande ofensiva político-partidária, jurídica e econômica, com os bloqueios à agenda governista no Congresso Nacional e no Senado Federal, e com os ataques da Operação Lava Jato e o fracasso das estratégias desenvolvimentistas. Essa ofensiva culminou no *impeachment* da presidenta, baseado em acusações de crime de responsabilidade, relacionadas à prática das chamadas "pedaladas fiscais" e à edição de decretos orçamentários sem autorização do Congresso Nacional.

Michel Temer, então vice-presidente, assumiu a presidência num governo instaurado por um golpe político e implementou uma série de "reformas" e medidas de austeridade, como a "Reforma" Trabalhista e a Emenda Constitucional do Teto de Gastos. Uma das medidas do governo foi a extinção do Ministério da Previdência Social, indicando que seria executado mais um desmonte da política previdenciária, inclusive, com a tentativa de (contra)reforma entre 2016 e 2017 que não se efetivou. Todavia, a contrarreforma pretendida por Temer, foi levada à cabo de forma ainda mais regressiva em 2019, por seu sucessor Jair Bolsonaro.

O governo de ultradireita de Jair Bolsonaro aprovou a Emenda Constitucional nº 103, impondo graves reduções nos direitos previdenciários, bem como mecanismos dificultadores do acesso, como o aumento da idade e do tempo de contribuição para a aposentadoria. O documentário assinala que a emenda nº 103 representou um contundente ataque à classe trabalhadora, mas, em especial, às trabalhadoras, pois, pela primeira vez, a distância de cinco anos entre mulheres e homens para a obtenção da aposentadora foi reduzida.

A narrativa destaca que a tramitação da contrarreforma da Previdência Social exigiu uma intensa luta dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras que, em razão de sua mobilização, conseguiram minimizar as perdas, pois a proposta inicial do governo Bolsonaro era a adoção de um regime de capitalização, que quebra a solidariedade entre as gerações, devido à individualização da contribuição/renda, e aprofunda a privatização e a financeirização da previdência. Então, mais uma vez, a luta e resistência de trabalhadores foram fundamentais para impedir que maiores retrocessos ocorressem, destruindo os direitos sociais conquistados.

O documentário também sinaliza as refrações sofridas pelo Serviço Social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), devido aos ataques aos direitos sociais e às contrarreformas realizadas na previdência, sobretudo, a partir de 2016. Novas ofensivas foram desfechadas contra o Serviço Social com o esvaziamento de suas funções pela introdução do INSS digital e outras inovações, além de ingerências políticas e técnicas sobre o trabalho desenvolvido, com a finalidade de submeter e extinguir o Serviço Social da previdência. Todavia, esses desafios foram enfrentados pela força das lutas coletivas. A direção ético-política do Serviço Social na política previdenciária, assumida a partir dos anos 1980, favoreceu sua legitimidade e seu reconhecimento por parte da classe trabalhadora, estabelecendo alianças, individual e coletivamente, "o que favoreceu a sua defesa e permanência na previdência social brasileira ao longo dos últimos trinta anos de ataques neoliberais mais brutais" (Jesus, 2023, p. 549).

A obra cinematográfica aqui resenhada, portanto, é singular não só pela riqueza de informações sobre a Previdência Social, resgatando seu desenvolvimento histórico no Brasil ao longo de 100 anos, mas, sobretudo, porque expõe as batalhas e mobilizações que produziram os avanços dos direitos previdenciários e a sua conservação em meio à ataques e retrocessos. É uma peça fundamental na narrativa da resistência popular e se constitui como uma memória viva das lutas por direitos, tendo por objetivo a socialização dessas informações aos trabalhadores e às trabalhadoras em todo país, para instigar e incrementar ainda mais essas lutas.

É, certamente, uma obra de extrema importância para pesquisadores da política previdenciária, para professores e estudantes, para assistentes sociais e outras categorias profissionais e, em especial, para os movimentos sociais que defendem uma previdência pública, universal e de qualidade, que garanta à classe trabalhadora o acesso à proteção social.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019*. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias, 2019.

IAMAMOTO. M. V.; R. CARVALHO. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1998.

JESUS, J. C. L. O Serviço Social na previdência social brasileira: as ofensivas do capital e as resistências coletivas. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

PREVIDÊNCIA Social: 100 anos de lutas. Direção de Bruno Rico. Produção Rico Filmes. São Paulo: PPGSS/PUC-SP, 2023. Disponível em: https://www.federacaofapesp.org.br/noticia/676318/assista-o-documentario-previd%C3%8Ancia-social-100-anos-de-lutas. Acesso em: 08 mar. 2025.